



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 04 de Outubro de 2019

Governo estuda tirar fundo da ciência da Finep



O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, posição favorável à retirada da administração dos recursos do âmbito da Finep — Foto: Jorge Williams/Agência O Globo

Documento do Ministério da Economia sugere que BNDES administre os recursos

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Em meio aos seguidos arrochos nos recursos destinados à Ciência e Tecnologia, o governo federal agora estuda modificar o formato de administração e as regras de uso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT), uma das principais fontes de recursos para subvenção e financiamento de pesquisa e desenvolvimento no país, com arrecadação superior a R\$ 4 bilhões por ano.

O Valor obteve documento elaborado por técnicos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia sugerindo a

criação de um projeto de lei ou medida provisória para desvincular a aplicação dos recursos, aumentar o volume destinado a empréstimos e transferir sua administração para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Hoje, o FNDCT é administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que perderia função com a mudança.

Provenientes da cobrança de royalties, compensações, taxas de licenciamento e outras modalidades que incidem sobre a arrecadação de 16 setores da economia, os recursos do FNDCT deveriam, por força de lei, ser aplicados dentro dos setores dos quais advêm para o desenvolvimento de novas tecnologias. Diante dessa vinculação, o governo historicamente promove contingenciamentos que travam as verbas, finalmente usadas para

apurar superávit no fim do exercício. Questionada pela comunidade científica, a prática se intensificou no governo de Jair Bolsonaro, quando o bloqueio no orçamento do FNDCT foi recorde e alcançou R\$ 3,38 bilhões ou 80% do total.

A equipe econômica sugere desvincular essas receitas para aumentar a flexibilidade de sua aplicação e estuda até mesmo substituir o FNDCT por um fundo privado, criado com o aporte da União via integralização de cotas. A tese por trás dessa modelagem é de que os investimentos em ciência e tecnologia seriam viabilizados por estarem fora do teto orçamentário.

Uma fonte da Finep, no entanto, argumenta já existir previsão legal para que os recursos do FNDCT sejam aplicados fora dos 16 setores que o alimentam, nas chamadas ações transversais que focam projetos de ciência básica e infraestrutura de universidades e institutos de pesquisa, por exemplo. A mudança, na visão da fonte, viria para permitir a aplicação das verbas com finalidades estranhas à ciência.

Especialista em inovação, a economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fernanda de Negri concorda. “Na prática, abre mais espaço para deixar de investir em ciência. É o que está por trás da flexibilização do único fundo para ciência do país.”





O temor, diz a economista do Ipea, é reforçado pelas demais propostas dos técnicos da SOF, que sugerem o fim do limite para modalidade de repasses reembolsáveis, hoje em 25% das receitas FNDCT - cuja consequência seria a diminuição do volume destinado para a subvenção, os chamados repasses a fundo perdido - e falam de forma explícita na “destituição da Finep como secretaria-executiva e agente financeiro do FNDCT”, papel que passaria ao BNDES. Os técnicos argumentam que a transferência da função ao BNDES reduziria “custos de operação”.

Fernanda afirma que, embora o BNDES já participe, junto à Finep, da modelagem de programas de fomento à inovação em empresas, este não é o núcleo dos investimentos do FNDCT, mais voltado a projetos de pesquisa em universidades e outras instituições federais. “O processo de seleção desses projetos

tem critérios absolutamente diferentes da seleção de iniciativas empresariais, com a constituição de bancas de cientistas por exemplo. É uma expertise que a Finep desenvolveu por décadas e que o BNDES não tem”, afirma.

Procurado, o Ministério da Economia confirmou que as propostas foram apresentadas por seus técnicos a integrantes do Ministério de Ciência Tecnologia, Informação e Comunicações (MCTIC) em 18 de setembro. Segundo a pasta, trata-se de “sugestões ainda não ratificadas”, que “fazem parte de uma troca de ideias para aprimorar a gestão orçamentária do MCTIC”. As propostas, sugere a nota da Economia, deverão ser acolhidas ou não pelo MCTIC, chefiado por Marcos Pontes.

Pontes, que ontem teve reunião fechada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia

tentado tirar o FNDCT dos braços da Finep. No final de maio, ele tentou embarcar na MP 870, que mudou a estrutura administrativa do governo federal, um artigo para colocar o FNDCT sob comando direto do ministério. Pressionados pela comunidade científica, entretanto, os deputados excluíram o trecho do texto final. Com o FNDCT no BNDES, o ministro teria maior ingerência, a exemplo de outros fundos, como o Amazônia, indiretamente controlado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Procurado, o MCTIC não se manifestou. A Finep informou que não foi procurada pelo Ministério da Economia para tratar do assunto, e sua associação de funcionários, a Afin, definiu o argumento de “melhoria de gestão” como “fantasioso”. A entidade afirma que em nenhum país desenvolvido existem fundos privados de investimento para ciência básica.

Ameaça à inovação

O FNDCT nos últimos 10 anos - em R\$ bilhões*

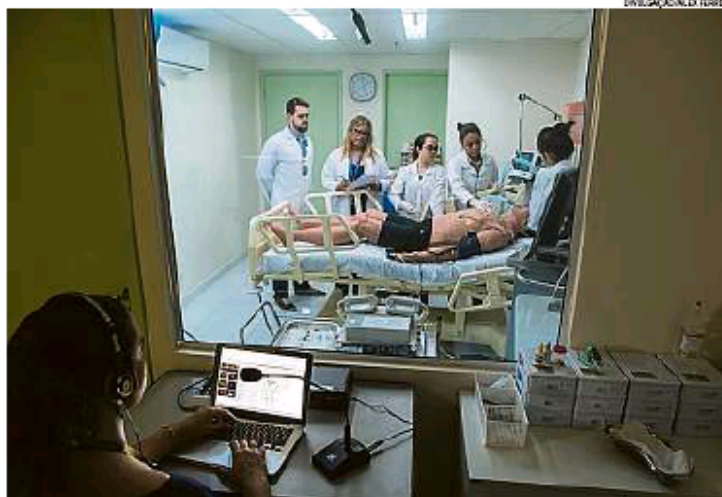
	Orçamento	Liquidado	Valor contingenciado***
2010	4,39	2,79	-
2011	4,32	1,73	-
2012	4,09	1,81	-
2013	4,65	2,52	-
2014	4,34	2,27	-
2015	4,33	1,45	-
2016	2,98	0,91	1,81
2017	2,86	0,86	1,50
2018	3,50	0,76	2,33
2019	4,23	0,31**	3,38

Fonte: Ipea. *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em valores deflacionados.

Até julho/2019; * Os anos sem valores não tiveram contingenciamento.

Estácio terá novo campus de Medicina na Barra em 2020

Projeto de R\$ 32 milhões reforça alta do setor. Rede D'Or aguarda autorização



Estácio. Faculdade conta com laboratório de anatomia, de técnica cirúrgica e de simulação de procedimentos

GLAUCIR CAVALCANTE
glauca@estacio.com.br

O Rio vai ganhar reforço em cursos de Medicina a partir de 2020. No início do próximo semestre letivo, a Estácio inaugura um novo campus na Barra da Tijuca, projeto de R\$ 32 milhões, para onde será transferida a unidade da faculdade que funciona atualmente no Rio Comprido. Já a Rede D'Or aguarda autorização do Ministério da Educação (MEC) para inaugurar uma faculdade de Medicina e Enfermagem na Zona Sul da cidade.

A Estácio tem hoje 12 campi de Medicina no país, três deles no Rio: Rio Comprido e Centro, na capital, e Angra dos Reis. Ao todo são 3.841 alunos, menos de 0,7% dos 576 mil alunos da Yduqs — nome que a Estácio Participações adotou

em julho. No resultado, porém, eles respondem por 9,2% da receita total.

— Queremos ser a referência em Medicina. O novo campus terá tecnologia de ponta, parceria com start-ups e grupos do setor como o Hospital Albert Einstein (SP). Será uma unidade pioneira deste novo ciclo. Vamos investir em outras unidades, depois — explicou Eduardo Parente, presidente da Estácio.

MENSALIDADE NAS ALTURAS

Os planos da Estácio para o segmento são robustos. A estimativa é que, em 2024, sejam cerca de 8.500 alunos de Medicina, podendo chegar a dez mil. Em 2028, a previsão é bater 13 mil.

— Os cursos de educação a distância (EAD) têm ticket médio perto de R\$ 300. No presencial, o dobro. Nos

cursos top, quatro vezes mais. Medicina é um caso claro — comenta Parente.

O ticket médio dos cursos de EAD da Yduqs é de R\$ 273, enquanto no presencial sobe a R\$ 824. Nos cursos de Medicina, considerando alunos pagantes, o valor supera R\$ 8 mil por mês.

O movimento da Yduqs é acompanhado pelo setor de forma geral.

O número total de cursos presenciais em instituições de ensino superior no país chegou a 34,7 mil em 2018, segundo dados do MEC. Uma expansão de 10,38% sobre 2014. Nesses cinco anos, o número de matrículas, contudo, encolheu 1,41%, para 6,39 milhões.

Já na área de Medicina, a despeito da crise e do tombo na oferta de financiamento estudantil, o avanço em número de cursos foi de 28,3%,

enquanto as matrículas deram um salto de 40,6%.

A trava nessa expansão está em decreto anunciado pelo MEC no fim de 2017 e sancionado no ano passado, suspendendo a abertura de novos cursos de Medicina por cinco anos. A Rede D'Or, por exemplo, está entre os grupos a postos para abrir uma faculdade de Medicina e Enfermagem no Rio. O curso funcionaria no Glória D'Or — complexo de R\$ 300 milhões que terá sua primeira fase inaugurada em março do ano que vem.

— A ideia é transferir toda a parte de ensino e pesquisa para a Glória. O processo de autorização da faculdade de enfermagem junto ao MEC está em curso. Esperamos abrir a partir de 2021. Medicina vai depender da retomada das autorizações — diz Marcelo Pina, diretor executivo da Rede D'Or.

O grupo já conta com o Instituto D'Or, reconhecido pelo MEC como instituição de ensino superior. Este já oferece cursos de pós-graduação e extensão, além de

um primeiro curso de graduação de tecnologia em radiologia na sede, que fica em Botafogo.

APOSTA EM INOVAÇÃO

O novo campus de Medicina da Estácio na Barra, que ficará no Shopping Città América, terá um laboratório de anatomia, com realidade virtual, de técnica cirúrgica e simulação de procedimentos. A ideia é ter um polo de formação, pós-graduação e pesquisa, destaca Silvio Pessanha Neto, diretor de Medicina da Estácio.

— Teremos na Barra novos programas de pós-graduação, com curso no modelo de residência médica. E será o primeiro centro de treinamento da American Heart Association no estado, que é referência internacional em protocolo de atendimento de emergência.

Consulta aos locais de prova do Enem estará disponível a partir do dia 16

Os mais de 5 milhões de candidatos inscritos para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) poderão consultar os locais de prova a partir do dia 16 deste mês, informou ontem o Ministério da Educação.

Falta menos de um mês para o primeiro dia de exame, no dia 3 de novembro. A segunda prova será aplicada uma semana depois, em 10 de novembro.

O endereço e o número da sala do exame ficarão no sistema junto com a liberação do cartão de confirmação da inscrição. O documento poderá ser acessado pela Página do Participante ou pelo aplicativo do Enem para celular.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que aplica o Enem, recomenda que os participantes levem o cartão de confirmação impresso nos dois dias de prova. Além disso, a recomendação para o dia da prova é chegar ao local com antecedência.

MUDANÇAS

Apesar de o ano ter sido repleto de mudanças na Educação, o governo diz que os estudantes não precisam se preocupar. Segundo o presidente do Inep, Alexandre Lopes, uma das metas nesta edição é não deixar espaço para eventualidades.

Neste ano, o Inep teve três presidentes; a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, setor dentro do Inep que cuida diretamente do Enem, contou com quatro diferentes diretores indicados para a função; e o próprio Ministério da Educação teve dois titulares.

A gráfica que imprimia a prova desde 2009 faliu e, em abril, o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiu que o Inep fizesse um contrato com outra gráfica por não haver tempo suficiente para nova licitação: a Valid S.A. tinha ficado em segundo lugar na última disputa pelo contrato.

MEC libera mais bolsas; SP adere a plano para escolas militares

BRASÍLIA E SÃO PAULO O governo Jair Bolsonaro (PSL) anunciou nesta quinta (3) a liberação de 679 bolsas de pesquisas financiadas pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que haviam sido congeladas. O corte atinge agora 7.590 benefícios, equivalente a 8% do que havia no início do ano.

Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a liberação dessas bolsas foi possível por causa do descontingenciamento recente de R\$ 270 milhões da Capes. O órgão ainda tem R\$ 549 milhões congelados.

As bolsas estavam vinculadas a programas de pós-graduação. Quando os pesquisadores que as recebiam concluíram seus estudos, elas não foram repassadas a novos estudantes.

As universidades terão as bolsas à disposição a partir da próxima segunda (7).

Em setembro, o MEC reverteu o cancelamento de 3.182 bolsas com nota 5 ou acima na avaliação da Capes. Os benefícios liberados nesta quinta são ligados a programas de pós com nota 4 e tendência de melhora.

O Governo de São Paulo, sob João Dória (PSDB), decidiu aderir ao projeto federal de implantação de escolas cívico-militares.

O anúncio foi feito pelo secretário da Educação, Rossieli Soares, em vídeo divulgado pela deputada Letícia Aguiar (PSL). Na quarta, Soares disse na coluna Mônica Bergamo que não havia entendido o programa.

O período de adesão terminou na sexta (27) — 15 estados e o Distrito Federal tinham manifestado interesse. No mesmo dia, a secretaria paulista enviou ao MEC um ofício pedindo a extensão do prazo e respostas a 23 perguntas sobre o projeto.

No vídeo, Rossieli afirmou que as equipes da secretaria e do MEC conversaram para esclarecer pontos do projeto e que escolas do estado já tinham manifestado interesse pela proposta, como revelou a Folha. Paulo Saldaña e Angela Pinho

Governo anuncia retomada de mais 679 bolsas de pós

Mateus Vargas /BRASÍLIA
COLABOROU FÁBIO GRELLET
/

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem que vai retomar a oferta de 679 bolsas de pós-graduação para programas com nota 4, em escala que vai de 1 a 7, na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A ideia, disse o ministro, é contemplar cursos de “regiões não centrais”, como Estados amazônicos. As novas bolsas fazem parte do montante de 5.613 que não seriam renovadas, conforme anúncio em setembro. No último dia 11, o governo já havia recuado e anunciado a retomada de 3.182, bolsas, mas para programas com notas 5, 6 e 7.

“A gente está selecionando alguns cursos com notas ‘quase 5’ para poder pulverizar um pouco a distribuição de bolsas”, disse Weintraub. “Mesmo sendo em Estado pobre, se o curso for muito ruim, não tem de ganhar bolsa. Isso é dinheiro do pagador de imposto que tem de voltar para a

sociedade.”

A gestão Jair Bolsonaro vem sendo alvo de críticas e protestos por causa do bloqueio de verbas para a ciência – uma manifestação ontem no Rio reuniu milhares por melhorias na área.

A retomada de bolsas foi possível após negociação com a equipe econômica para descontingenciamento de R\$ 270 milhões para a Capes, que alcança orçamento de R\$ 3,7 bilhões no ano. Para 2020, está previsto orçamento de R\$ 3,3 bilhões, mas “ajustes podem ser feitos” para o valor chegar ao patamar deste ano, segundo Anderson Ribeiro Correia, presidente da Capes.

Segundo Correia, serão renovadas 271 bolsas de mestrado (R\$ 1.500 mensais), 304 de doutorado (R\$ 2.200) e 104 de pós-doutorado (R\$ 4.100). As bolsas anunciadas representam 40% do universo de auxílios concedidos para faixa 4, segundo a Capes. No total, a Capes oferece cerca de 200 mil bolsas – 92 mil para pós-graduação e 100 mil para a educação básica, como as de iniciação científica.

BRASÍLIA**Candidatos podem consultar local de prova do Enem dia 16**

Os estudantes inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) poderão consultar, a partir do dia 16, o local onde farão a prova este ano. O exame será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. O lugar de prova está no cartão de confirmação da inscrição, que poderá ser consulta-

do na Página do Participante, na internet, ou pelo aplicativo do Enem, disponível nas plataformas Apple Store e Google Play. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o cronograma de aplicação do exame está sendo cumprido conforme o planejado. Todas as provas já foram impressas, segundo o órgão, e estão prontas para distribuição aos Estados.

MEC libera 679 bolsas

» VERABATISTA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem a liberação de mais 679 bolsas de pós-graduação — para mestrado, doutorado e pós-doutorado — que já estarão disponíveis a partir de segunda-feira. O objetivo é atender programas com nota 4 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

“O critério é a nota. Estávamos mantendo a nota 5, mas, com essa abordagem, conseguiremos atender a mais Estados”, afirmou. Assim, sobe para 3.861 a oferta de novas bolsas em 23 dias — semana passada foram desbloqueadas 3.182 vagas para cursos de pós-graduação. O número, no entanto, ainda está longe do total de cerca de 11 mil que foram congeladas. “Em poucas semanas vamos fazer um novo descontingenciamento”, prometeu.

Na avaliação do ministro, “não existem bolsas congeladas”. As que foram “canceladas” no início do ano não voltarão mais, pois, conforme disse, “eram bolsas que os reitores poderiam dar para quem quisesse, sem prestar contas. Estavam

ociosas. Elas nunca deveriam existir, porque não têm mérito. Não eram avaliadas há mais de 10 anos”.

O novo desbloqueio só foi possível graças ao descontingenciamento de R\$ 270 milhões para a Capes, do montante de R\$ 1,990 bilhão do Ministério da Educação.

Os estados beneficiados com as bolsas serão Acre, Sergipe, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Pernambuco. Das bolsas de programa nota 4 avaliadas pelo MEC, 280 apresentaram o Qualis (indicador de qualidade da publicação de artigo científico). Do total de 679, serão liberadas 271 bolsas de mestrado, 304, de doutorado, e 104, de pós-doutorado, nos valores unitários de R\$ 1,5 mil, R\$ 2,2 mil, e R\$ 4,1 mil, respectivamente. E 40% delas são para programas nota 4.

De acordo com Weintraub, este ano, em consequência dos esforços do MEC, há a possibilidade de o Brasil ficar em primeiro ou segundo lugar no ranking da Educação na América do Sul. “Talvez seja esse o melhor ano da história. Estamos jogando balões em todas as frentes. Desde a educação básica”.

EDUCAÇÃO »

Um tablet para cada aluno



Projeto é discutido nas secretarias de Educação e Ciência e Tecnologia e deve ser elaborado nos próximos meses

GDF elabora projeto para que estudantes da rede pública tenham contraturno digital com plataforma de ensino a distância para estudo de línguas e outras disciplinas. Além disso, quer criar os cartões-creche e esporte

»ALEXANDRE DE PAULA

O Governo do Distrito Federal (GDF) pretende oferecer aos alunos da rede pública de ensino um contraturno digital a partir de 2020. A ideia é que, com uma plataforma de ensino a distância, os estudantes possam fazer cursos de língua estrangeira, exercícios e lições de cultura como um complemento ao conteúdo oferecido em sala de aula. O governador Ibaneis Rocha

(MDB) quer oferecer um tablet para cada aluno.

O projeto está em discussão nas secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia, a pedido do governador, e deve ser elaborado nos próximos meses. A intenção é que seja feito um programa de testes durante as férias escolares. Com isso, a proposta poderia entrar em funcionamento no início do ano letivo.

A princípio, alunos do ensino médio devem ser atendidos pelo projeto. O DF conta, segundo dados do Censo Escolar de 2018, com 79,7 mil estudantes matriculados nos três períodos. De acordo com Ibaneis, a proposta pode ampliar horizontes dos jovens para novas

oportunidades. “É uma forma de despertar o interesse dos jovens para o mundo tecnológico, criar neles a vontade de abrir uma startup, por exemplo, porque hoje em dia fazer faculdade não é garantia de nada”, disse.

Relatórios serão produzidos pela Secretaria de Educação com dados que mostrem o período que cada aluno utilizou o equipamento e quais atividades acessou. Para isso, os tablets serão monitorados pela pasta. O projeto prevê que o contraturno possa ser uma espécie de reforço escolar, com revisão de conteúdos trabalhados, além do estudo de línguas, como inglês, espanhol e francês.

Nos últimos dias, Ibaneis se reuniu com o secretário de Educação, João Pedro Ferraz, e o subsecretário de Ciência e Tecnologia, Gustavo Álvares, para tratar do assunto. Também participam das discussões sobre o projeto representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP), do Parque Tecnológico de Brasília (BioTIC) e do Banco de Brasília (BRB).

Financiamento

Recentemente, Ibaneis também se reuniu com o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Sérgio Dias, para pedir apoio do órgão para financiar o projeto de contraturno





digital, além de outras iniciativas voltadas para a educação do DF. A partir do encontro, ficou definido que o GDF e o governo federal criarão um grupo de trabalho para discutir a elaboração de projetos que possam ser financiados com recursos do FNDE.

Uma das ideias de Ibaneis, além do contraturno, é criar um cartão-creche para que pais possam matricular os alunos em instituições privadas. O crédito seria de cerca de R\$ 800 mensais. Assim, o GDF poderia suprir a demanda por vagas em creches e, segundo o governador, economizar.

Também está nos planos a criação de um cartão-esporte, aos moldes do projeto para compra de material escolar, para alunos da rede pública. Os pais poderão usar os créditos para pagar academias, aulas de natação ou outros esportes. Os estudos de viabilidade do projeto serão feitos pelo BRB.

"É uma forma de despertar o interesse dos jovens para o mundo tecnológico, criar neles a vontade de abrir uma startup, por exemplo, porque hoje em dia fazer faculdade não é garantia de nada"

Ibaneis Rocha,
governador



MEC desbloqueia 679 bolsas de pós-graduação

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, hoje (3), o desbloqueio de 679 bolsas de pós-graduação, cuja renovação havia sido congelada por falta de recursos. Segundo o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia, as bolsas serão disponibilizadas às instituições de ensino superior nos próximos dias.

Ao todo, serão liberadas 271 bolsas de mestrado, com valor de R\$ 1,5 mil mensais; 304 bolsas de doutorado, de R\$ 2,2 mil mensais; e 104 de pós-doutorado, de R\$ 4,1 mil por mês.

Todas as bolsas serão ofertadas em cursos nota 4, com tendência de melhora. Os cursos são avaliados pela Capes em uma escala que vai até 7, sendo os cursos 7 os melhores avaliados. Para funcionar, os cursos devem ter,

no mínimo, nota 3.

A medida, segundo o MEC, foi possível graças ao descontingenciamento de R\$ 270 milhões, do montante de R\$ 1,99 bilhão do Orçamento liberados para a pasta e por economias da própria Capes.

Segundo o MEC, o mérito e o impacto científico são fatores para a liberação das bolsas. “O meu objetivo não é dar bolsa, é chegar à cura da dengue, é selecionar os melhores professores para conseguir ensinar às nossas crianças a ler e a escrever melhor”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “[Quem recebe bolsa] tem que saber que a gente paga imposto e vira bolsa e isso tem que voltar para a sociedade de alguma forma”.

Segunda liberação

Essa é a segunda liberação das renovações das bolsas de estudos pelo MEC. Em setembro, a pasta anunciou o bloqueio de 5.613 bolsas de pós-graduação, cujos

pesquisadores concluíram as pesquisas e que não seriam ofertadas este ano para novos estudantes.

Ainda em setembro, o MEC anunciou que seria possível retomar a maior parte dessas bolsas, e que seriam ofertadas a novos pesquisadores. Ao todo, foram desbloqueadas 3,1 mil bolsas, todas de programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7.

Agora, a pasta fez uma nova liberação, disponibilizando recursos para a oferta de 679 para cursos nota 4. Essas bolsas equivalem, segundo a Capes, a 40% do que é ofertado para os cursos com esse desempenho.

Além dos bloqueios, a Capes anunciou, no primeiro semestre, cortes em bolsas de cursos nota 3, que não deverão ser retomadas.

De acordo com o presidente da Capes, as bolsas vigentes não serão afetadas e os estudantes bolsistas continuam recebendo os recursos normalmente.